

DIOGO-CÃO

REVISTA ILUSTRADA DE ASSÚNTOS HISTÓRICOS

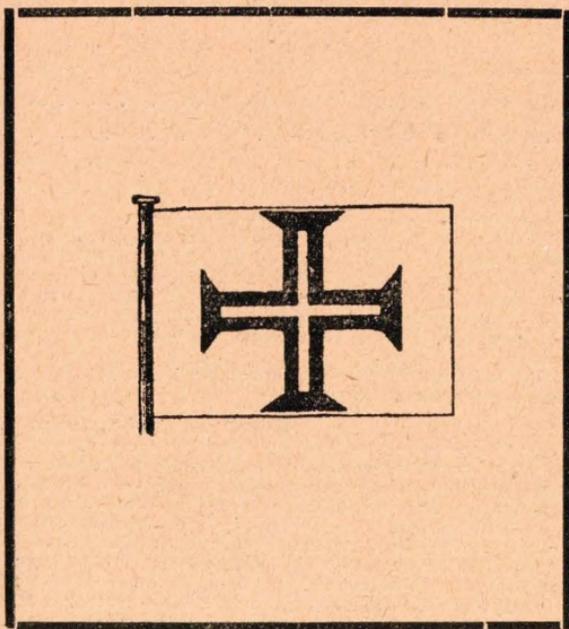
(Com tôdas as licenças necessárias)

Director, redactor, administrador, editor e proprietário

PADRE MANUEL RUELA POMBO

(Missionário secular português e antiquário amador)

— COLABORADORES—DIVERSOS —



SUMÁRIO:

Os Portuguezes em Angola—Fortalezas de Luanda—Catálogo dos Governadores—Monumentos & Arquivos—História Eclesiástica—Os Holandeses em Angola—Certidão de óbito de Paulo Dias de Novais.

TIRAGEM 1:000 EXEMPLARES

LUANDA

1932

AGENTE:

AMADEU AMORIM

LUANDA — C. P. 327

VENDE-SE NA:

—**Livraria MINERVA**—Travessa da Sé

—**Livraria A LUSITANA**—Rua Salvador Correia

Preço de cada número avulso.....	5,00
Pelo correio e registado.....	6,00

A História não regista notícia de um povo, que, com menos recursos, mais fizesse do que o português. Larga é a sua contribuição para o progresso humano, que nunca empecou Subjagou o Mar-Tenebroso, dilatou o perímetro aproveitável do planeta; e, sendo um dos mais diminutos e menos povoados reinos da Europa, formou este colosso o BRASIL!

Dá mostras de injustiça e ingratidão o Brasileiro que ataca ou deprime PORTUGAL.

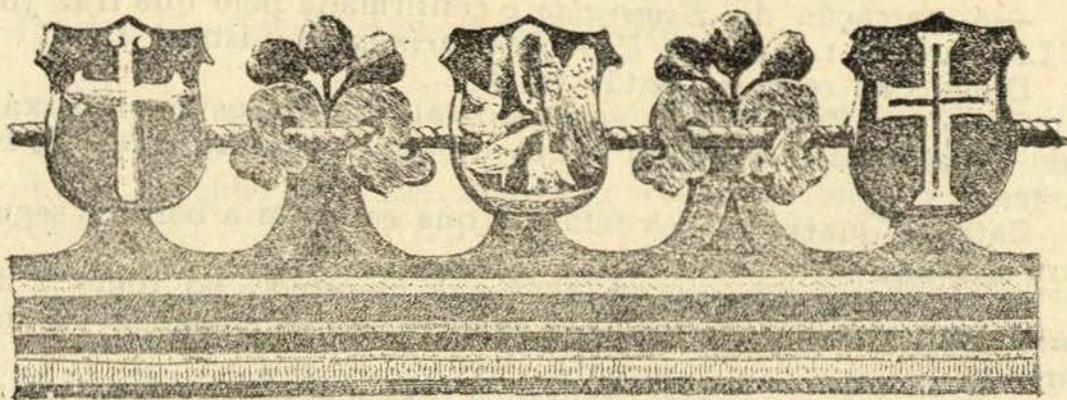
Afonso Celso, brasileiro

Pouco ou nada se deve achar na História que venha do AUTOR. O meio mais seguro para conservar a fidelidade, que é a sua primeira lei, consiste na narração, sem fazer desde o princípio até o fim da obra mais que contar os factos, sem semear frequentemente máximas e sentenças, recriminando ou exaltando com arrogante exageração, de sorte que o leitor se não ocupe mais que a ver as coisas como se elas passassem realmente deante de seus olhos, e que lhe não fique logar de distinguir: se as vê ou se as lê, e forme elle mesmo o juízo que lhe prevenir a matéria.

José da Cunha Brochado

A História não se escreve para honra pomposa do historiador; escreve-se para honra da justiça e da verdade, para glória da PÁTRIA.

José Agostinho



OS PORTUGUESES EM ANGOLA

I

DIOGO CÃO

... já honrando a *Memória* dos nossos grandes homens .
... já conservando preciosamente os *Monumentos* que aiestam a sua grandeza . . .
.. já estudando com zêlo e narrando com esmêro a *História* de suas façanhas..

Pinheiro Chagas

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 38)

O NAVEGADOR DIOGO CÃO CUMPRIA A' RISCA AS DETERMINAÇÕES de el-rei d. João II e, por isso, fazia a *conhe-*
cença rigorosa das terras que ia achando pela costa
abaixo...

Mas...voltemos ao nosso assunto:

—Fez Diogo Cão aguáda no rio Longa, segundo se lê nos apontamentos de Oliveira Martins (1).

—Passou em Cata-Bela das Ostras e restinga de Lubito e esteve fundeado na Baía-das-Vacas ou d. Sam-Lourenço a dez de Agosto de 1482, mais tarde a Benguela-a-Nova de Manuel Cerveira Pereira.

—Continua a viagem e, dias depois, foram vistos grandes animais (elefantes) a banharem-se na praia.

—A 15 de Agosto, chega Diogo Cão com os seus navios ao cabo que baptiza com o nome de Santa-Maria e em cujo focinho, para despedida, a 28 do referido mês, assentou ou levantou o seu segundo padrão de pedra—*Padrão de Santo-Agostinho*.

—A narração do *Esmeraldo* é confirmada pelo que traz João de Lisboa à p. 143 do seu *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903.

Diogo Cão resolveu então voltar.

Chega ao Zaire e não encontrou ali os cristãos da embaixada que tinham ido à corte ou banza do Congo cumprimentar El-Rei da terra.

Cativou quatro pretos fidalgos que estavam a bordo e seguiu para Lisboa.

O vice-almirante Inácio da Costa Quintela, no tómo I dos *Anais da Marinha Portuguesa*, narra assim êste negócio ou atrevimento:

—«Passando-se, porém, dobrados dias sem os seus mensageiros voltarem, nem havendo notícias dêtes, determinou Diogo Cão voltar à Lisboa, e, colhendo 4 dos naturais para os levar a el-rei dom João, saíu do rio Zaire, dizendo que dali a 15 luas os tornaria a trazer e que, em refêns dêles, lhes deixava os portugueses que levaram, à banza de Congo, o presente a El-rei». —

Esta primeira viagem, ida e vólta, não podia demorar mais de dezanove meses. (2)

I Padrão—de Sam-Jorge

Este primeiro padrão foi, em 1482, metido por Diogo Cão na bôca ou foz do rio Zaire ou Congo, pela parte do sul, e é chamado de Sam-Jorge *por a singular devoção que el-rei dom João II tinha neste santo*, assim rezam as crônicas da época, e não por ser erguido ou chantado em 23 de Abril, como diz um escritor e geógrafo francês.

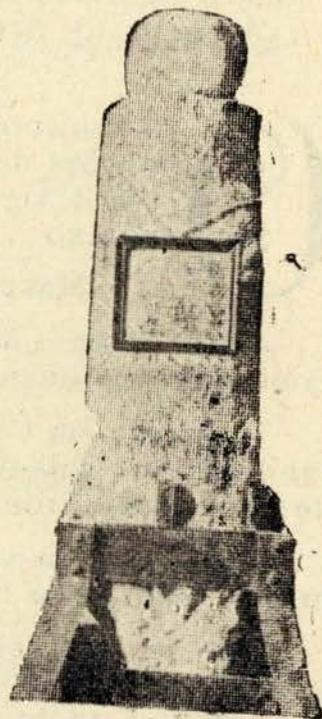
Guarda-se no Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, como preciosa relíquia, o pé do padrão de Sam-Jorge.

Num estudo, como êste, assim de carácter científico e positivo, não queremos nem devemos referir as tantas lendas, aliás tam românticas e imaginárias, do padrão de Sam-Jorge; por mais patrióticas que alguém as julgue, são sempre... lendas.

Ficam para outra ocasião.

Ainda hoje em dia, o padrão do Zaire, para os mussorongos, é o grande... feitiço dos brancos!

...e brancos, para todos os pretos, somos só nós os *Portugueses*, graças a DEUS



Padrão de Sam-Jorge

II Padrão—de Santo-Agostinho

Encontra-se também no Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa este padrão e em ótimo estado de conservação. Lê-se no cubo em que termina, nas três faces, a seguinte inscrição:

Éra da creação do mundo 6681, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1482, o mui alto, mui excelente e poderoso príncipe el-rei dom João segundo de Portugal mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão, escudeiro de sua Casa.

Na quarta face, está gravado o escúdo de armas nacionais, usado por el-rei dom João II nos primeiros tempos de seu reinado, com as quinas convergentes e a cruz de Avis, superior, inferior e lateralmente entre os castelos, em número de oito.

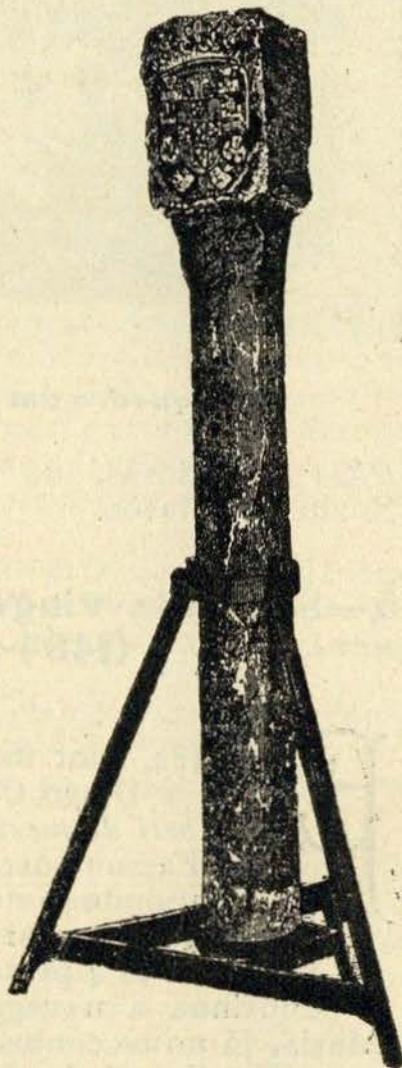
As inscrições destes dois padrões, da primeira viagem de Diogo Cão à Angola, eram somente em português.

Em 1483, el-rei d. João II acrescentou ao seu titulo mais—*Senhor-da-Guiné.*⁽³⁾

Por diploma ou carta dada em Santarém a 8 de Abril de 1484, el-rei d. João II faz a graça ou mercê a Diogo Cão da tença anual de 10.000 reais brancos, para dias de sua vida e de um filho seu que ficar, por seu falecimento.

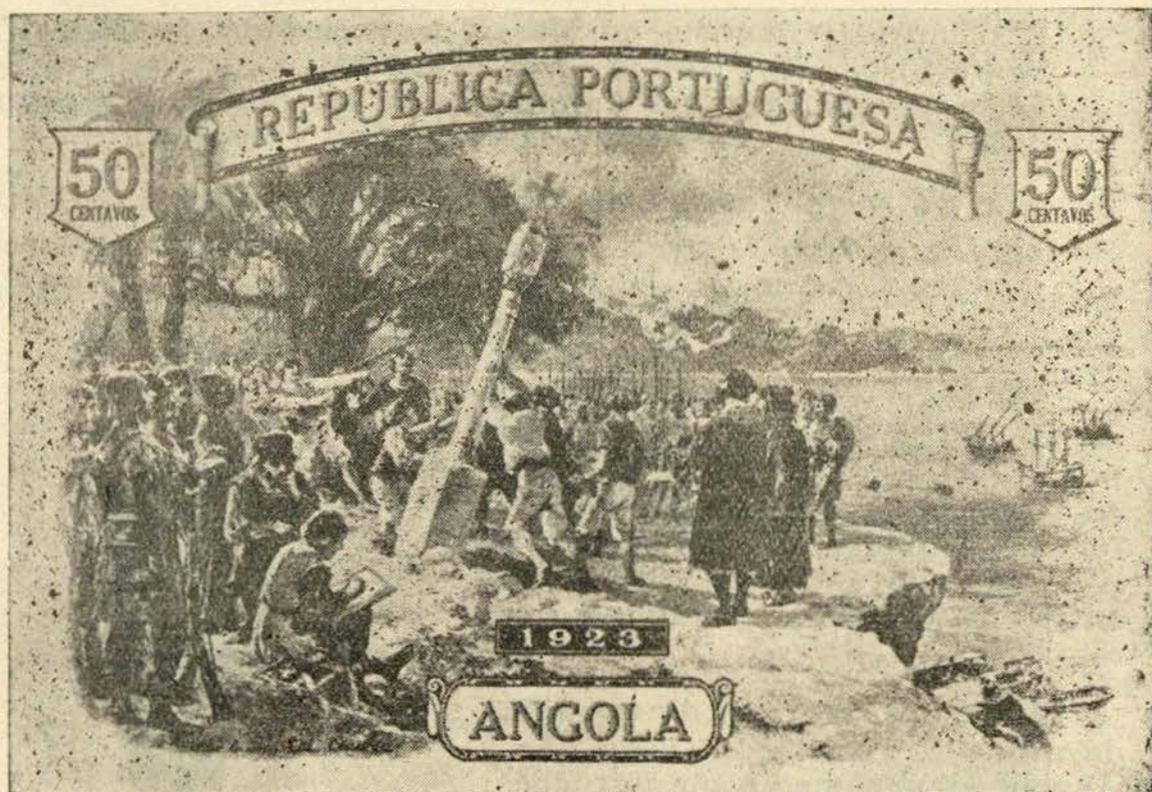
O historiador Costa Lobo escreveu que a tença do piloto Diogo Cão, cifra reduzida ao valor da moeda em 1903, era 345\$000 ou sejam 6.900\$00 escudos actuais.

«Mas as tenças não compreendiam o ordenado vencido no exercício activo da profissão. Este variava, resultando dos lucros de cada viagem.»⁽⁴⁾



**Padrão
de Santo-Agostinho**

Não deixa de ter o seu valor o quadro tam conhecido, que aqui publicamos, das históricas cédulas de 50 centavos, as tais



O quadro das históricas cédulas de 50 centavos

Ritas salvadoras, do tempo do I alto-comissário sr. general Norton de Matos.

5—Segunda viagem de Diogo Cão (1484-1486)

Em 1484, por mandádo de el-rei dom João II parte de Lisboa Diogo Cão, já *nobre de cota de armas, por carta de 14 de Abril do mesmo ano, com duas caravelas.*

Passou outra vez no castelo ou feitoria de Sam-Jorge da Mina, onde se demorou algumas semanas.

Aportou ao rio Zaire, onde esteve ancora lo mais de três meses. Restituiu os 4 pretos, como diremos nos §§ 10-12.

Continua a navegar para o sul, passando no cabo de Santa-Maria, já nosso conhecido.

—No dia 18 de Janeiro de 1485, Diogo Cão, em costa nova, coloca ou ergue o *Padrão do Cabo Negro*, ao sul da actual cidade de Moçâmedes (Angra-do-Negro ou Bissungo-Bitoto, na língua do

gentio), isto é, a 15 graus, 40 minutos e 30 segundos de latitude sul ou austral (3).

—Aportou, depois, à Angra-das-Aldeias, mais tarde chamado pôrto de Pinda e Port Alexander nas cartas inglêsas, e hoje Pôrto Alexandre.

Alguém já nos perguntou: se o nome Alexander dos estrangeiros não terá filiação ou origem de Pedro Alexandrino, que, antes de governador, andou no cruzeiro por ali contra os escravagistas ou negreiros...

Só com cartas geográficas na frente se pode averiguar esta dúvida, o que um dia nos há-de calhar...

Como íamos dizendo, Diogo Cão está na Angra-das-Aldeias ou Pôrto Alexandre:

—Oito léguas adeante do Monte-Negro se faz uma grande angra, que entra uma légua e meia pela terra dentro, que se chama Angra-das-Aldeias; e este nome lhe puseram, porque no tempo que Diogo Cão descobriu esta costa por mandado de el-rei d. João que Deus tem, achou dentro, nesta angra, duas grandes aldeias e, por isso, lhe pôs o dito nome. Os pretos desta terra são gente pobre que se não mantêm nem vivem senão de pescaria, que aqui há muita... (Esmeraldo, cap. 3 do liv. III).

—Seguiu e demorou-se alguns dias na Manga-das-Areias, a actual Baía-dos-Tigres, tam piscosa:

—Além da Angra-das-Aldeias é achada uma enseada que terá duas léguas em largura na bôca, que se chama a Manga-das-Areias e esta se estende por dentro pela terra cinco ou seis léguas, e na mesma bôca e dali por dentro tem 12 e 15 braças de fúndo, e esta terra é deserta e nenhum arvoredado tem, porque tudo é areia; e dentro nesta manga há muita pescaria e, em certos tempos do ano, vêem aqui do sertão alguns pretos a pescar...

Proseguiu afunda Diogo Cão na descoberta da costa africana até à Serra-Parda ou cabo-da-Serra, ou Cross Point das cartas geográficas inglêsas, isto, é, a vinte e um graus e quarenta e oito minutos de latitude sul.

Nêste ponto extremo de suas descobertas gloriosas, colocou ou meteu ou ergueu ou chantou, a 24 de Agosto de 1485, o seu quarto e último padrão—*Padrão da Serra-Parda*, na costa da Cimbebásia ou Damaralândia, que foi alemã.

Sentem o frio:

—Esta terra é trabalhosa de navegar e o seu inverno é do mês de abril até fim de setembro. Esta costa é deserta, por ser tôda areia, e por isso lhe puseram o nome Areais ou Praia-das-Neves, e dez léguas adeante dos areais aparece uma ponta que se chama o cabo de Padrão, o qual tem um padrão de pedra com dois letreiros, um em língua latina e outro em nossa língua portuguesa, ambos de um teor, nos quais diz que, em tantos anos da criação do mundo e em tantos da era de Nosso Senhor Jesus Cristo, el-rei dom João, o segundo, de Portugal, mandou descobrir aquella costa por Diogo Cão, capitão de seus navios...

Na vóita, a caminho ou viagem para o pôrto do Zaire, *jez Diogo Cão saltos na terra de Angola, em que colheu pretos e pretas, que levou consigo à Lisboa, para aprenderem a língua portuguesa e serem depois empregados em reconhecimentos, como aconteceu já na viagem de Bartolomeu Dias de Novais* (6).

Como diremos nos §§ 12 e 13, Diogo Cão, quando retrocedeu, não encontrou El-Rei de Congo na foz do Zaire, mas foi êle mesmo em pessoa visitá-lo à sua bañza (7).

Tanto na primeira como na segunda viagem de Diogo Cão não houve nas naus qualquer epidemia que dizimasse a tripulação, mas no Zaire morreram alguns pilotos e marinheiros, *vítimas da temperatura elevadissima*.

Pelo menos, páрте das inscrições, que estão gravadas nos penedos das quédas de *Ielala* (hoje do Congo-Belga), o foram nesta ocasião.

Voltaremos a êste assúnto.

Os nomes dos pilotos Pedro Enes, Pedro Escolar e Gonçalo Álvares encontram-se na primeira secção dos *Trabalhos náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI, XVII e XVIII* de Sousa Viterbo.

Esta segunda viagem de Diogo Cão foi começada depois de meiado do mês de Abril do ano de 1484 e terminou, no Tejo, em Abril ou Maio de 1486 (8).

(Continua)

1) — Oliveira Martins *O Príncipe Perfeito* plano geral da obra, que ficou incompleta, à sua morte.—Lisboa, Parceria Pereira, 1923, 3.^a edição, às ps. 66, 276, 294 e 295.

2) — Marechal Gomes da Costa—*Descobrimientos e Conquistas*—I vol., Lisboa, 1927, ps. 66, 98, e 118-127.

3) — João Pedro Ribeiro—*Dissertações cronológicas e criticas*—tômo II e página 204.

Dr. Paulo Merêa na *Revista de História*, XIII vol., na n.º 7 da p. 11.

4) — Costa Lobo—na *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, ps. 506 e 538.

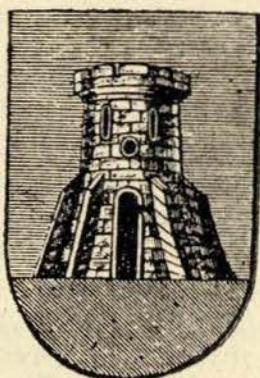
—Costa Cabral—*Dom João II e a Renascença Portuguesa*—vol. IV da colecção «Grandes vultos portugueses» da Livraria Férrin, de Lisboa, 1915, n.º 2 a página 25.

5) — Mário de Vasconcelos e Sá—*Compêndio de Geografia Elementar*, Pôrto, 1922, III volume.—O texto, na p. 45, tem as datas erradas, mas, na p. seguinte, a carta ou figura 50 está certa.

6) — Cardeal Saraiva—*Obras Completas*, tômo V. Possuimos também duas edições avulsas, algo diferentes, a. mesmo *Índice Cronológico* e os 8 tomos da colecção—*Os Portuguezes na Africa, Asia, América e Oceânia*.

7) — M'Banza ou N'Banza ou Lanza querê dizer capital ou côrte ou cidade e daqui derivaram os Portuguezes o vocábulo Ambasse, para designar o outeiro de Cong., hoje Sam-Salvador do Congo.

8) — Revmo. mr. sr. Aves da Cábna:—*Relatório e Cântas do Clube-Transmontano de Luanda, gerências de 1916 e 1917; Resúmo histórico sobre Angola, 1482-1921 e Subsídios para a leitura de Os Lusíadas*, edição da Imprensa Nacional de Luanda, em comemoração do IV Centenário da morte de Vasco da Gama, em 1924.



AS FORTALEZAS DE LUANDA

I

A Fortaleza do Môrro

SAM-PAULO

(PRIMEIRO ORAGO)

- § I—As praças fortificadas por natureza e arte são mais firmes que só pela natureza ou só pela arte.
§ II—Mais segura é a fortaleza em lugar eminente que em lugar baixo

(Da tese segunda de *Arquitectónica Militar*, defendida por *Simão Madeira*.)

(Continuação da página 42 e conclusão)

6—Os piratas holandeses

A DEZ DE AGOSTO DE 1623, RECEBEU O BISPO DOM FREI Simão Mascarenhas o govêrno de Angola, que lhe foi dado voluntariamente pelo capitão-mór Pedro de Sousa Coelho:

De há tempos, as naus holandesas faziam seu comércio na nossa costa.

Audácia ou atrevimento não lhes faltava, mas desta vez o reverendíssimo Governador esteve às alturas do seu cargo, duplamente.

Eis como o Catálogo da Academia narra a defesa que organizou:

—«Pouco depois tornaram os holandeses a aparecer sôbre a barra do Quanza, onde tomaram e queimaram vários patachos e lanchas do serviço desta cidade de Luanda, e, receando-se que pudessem vir a ela, mandou o bispo governador dom frei Simão Mascarenhas fortificar e entrincheirar tôda a marinha ou praia, assistindo pessoalmente a tôdas as óbras, tanto de dia como de noite, com incansável espírito. E chegando com efeito os holandeses a esta barra de Luanda dando caça a um navio nosso, o bispo o mandou socorrer com infantaria governada ou comandada por João de Araujo e Azevedo, que introduzida numa nossa embarcação, o defenderam da perseguição, fazendo retirar o inimigo com alguma gente morta; o navio holandês, porém, antes de virar, despediu sôbre a terra grande número de balas, caíndo muitas no lugar em que estava ou se achava o Bispo com as pessoas que o acompanhavam, que por fortuna o não ofenderam, pois não quis retirar-se do pôsto em que estava, mostrando uma notável constância».

Aqui cabem bem a propósito uns comentários sôbre a enérgica defesa que executou o bispo governador dom frei Simão Mascarenhas, mas...leiam o § seguinte, que melhor ninguém o dirá.

7—Patriotismo nobre e exemplar

Sôbre o carácter guerreiro do destemido bispo governador dom frei Simão Mascarenhas são do ex.^{mo} e rev.^{mo} mr. dr. Manuel Alves da Cúnha estas belas linhas tam impregnadas de santo patriotismo:

—«Na defesa do património nacional bateu-se a vereação da cidade de Luanda em princípio do século XVII ao lado do bispo governador dom frei Simão Mascarenhas, quando êste Prelado, num arrânco de nobre patriotismo, cingiu sôbre as véstes eclesiásticas a durindana de guerreiro, para defender, com o brio de um português de boa lei e o esforço próprio dum soldado afeito a combater, a conquista de Paulo Dias de Novais contra a investida usurpadora dos holandeses».

8—No governo de Fernão de Sousa

Quando, em 1928, andámos lá pelos arquivos de Lisboa em busca de documentos relativos à História-de-Angola, também fomos, por muitas vezes, até à Biblioteca do palácio da Ajúda.

Ali com a numeração 51-VIII-25, existem dois grossos livros manuscritos que se ocupam do governo de Fernão de Sousa, (1624-1629).

Neles, ligeiramente, conseguimos apanhar estas notícias relativas aos fôrtes e à defesa militar da barra e porto de Luanda:

—Fortaleza da Cruz, (talvez obra do bispo governador dom frei Simão Mascarenhas).

—A utilidade de um fôrte nos penedos da Madalena, com ilustração.

--O plano da estacáda da Cassandama, (obra mais tarde de dom Manuel Pereira Coutinho).

—*Fl.* 12.—«Fiz outro fôrte no môrro de Sam-Paulo, por onde me acometeram os Holandeses no ano de 1624, com seis peças de 4 libras para defensão do canal que o mar faz por entre a Ilha-de-Luanda, (onde está a Feitoria Real e se despacham os navios) e os musseques...».

Fl. 15.—«Há nesta Ilha-de-Luanda duas Igrejas: uma delas freguesia dos soldados do fôrte da Curimba e moradores da Ilha, outra dos pretos».

Fl. 218 (a lápis 239).—«San-Fernando da Curimba.—Sôbre a barra da Curimba fiz outro fôrte com seis peças para defender aquela entrada que o mar faz entre a Ilha e a terra firme, pela qual entram patachos e embarcações de rémo de serviço da cidade. Nas entradas da cidade de Sam-Paulo mandei fazer redutos, ter-raplenos e trincheiras de taipa de pilão, para defensão».

9—No govêrno

de Francisco de Vasconcelos da Cunha

Os Holandeses, por cáusa dos pretos de que precisavam no Brasil que tinha ocupado em parte, não largavam as costas de Angola.

—«Francisco de Vasconcelos da Cunha (1635-1639) só à infestação dos Holandeses não pôde dar remédio, porque o desassossegarão três anos contínuos, sendo-lhe preciso trazer sempre uma armáda na costa para impedir-lhes a pirataria, e de que era comandante seu irmão Bartolomeu. Para defensão da terra, além

dos redutos e trincheiras que levantou por tôda a marinha, fez ou melhor aperfeçoou o fôrte de Sam-Paulo, no môrro da primeira habitação dos Portugueses, valendo-se para esta obra do rendimento dos dízimos, por não ser bastante o da fazenda real».

MUXIMA, Maio de 1931.

Nóta I.—*Sôbre as fortalezas de Luanda, na Revista Militar, de Lisboa, 1850, às pgs. 83-95, F. Xavier Lopes publicou uns apontamentos bastante falhos e incompletos. Da Restauração de 1648 para cá, não faltam relatórios, plântas e outros mais estudos da fortaleza de Sam-Miguel, segundo orago, mas já feitos ou levantados por verdadeiros técnicos ou engenheiros com carta ou diploma.*

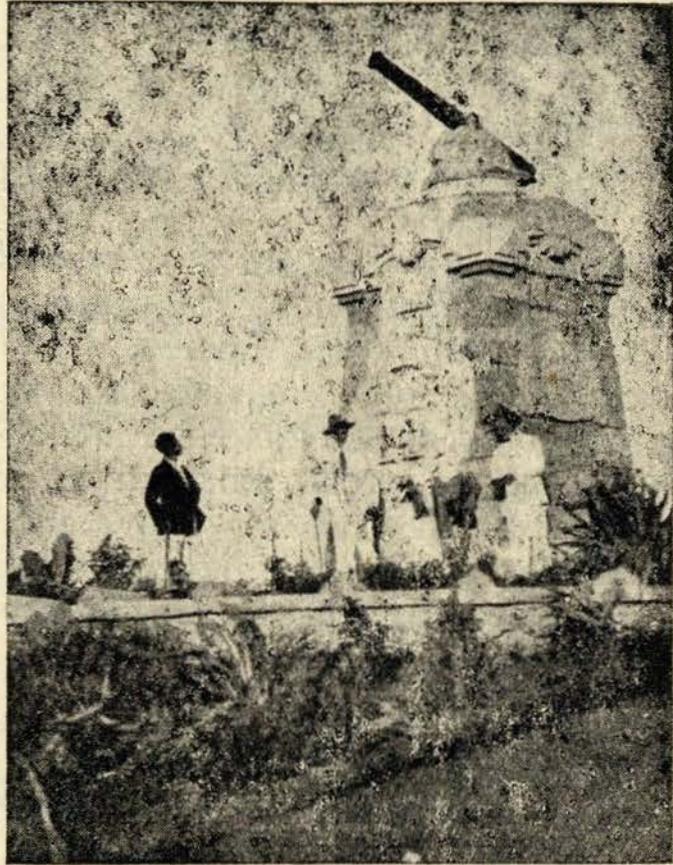
Nóta II—*Passamos agora a estudar o fôrte de Sam-Filipe do Penedo até ao govêrno de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, porque desde então deixou de ser de Sam-Filipe e passou a ser de Sam-Francisco.*

P. R.

Efemérides Provinciais

CATÁLOGO OU
LISTA DOS GO-
VERNADORES
DE ANGOLA
COM AS RESPECTI-
VAS PRÓVAS

Felo sr. prof.
Delgado



(Cont. da pág. 44)

(Canhão histórico)

IV—Dom Francisco de Almeida

DÁTAS:



*Brasão de
Angola*

DOM FRANCISCO DE ALMEIDA teve patente em nove de Janeiro de 1592, enquanto el-rei d. Filipe, II—de Espanha e I—de Portugal, o houvesse por bem e não mandasse o contrário:

Chegou à Luanda em 24 de Junho de 1592 e saíu de lá em 8 de Abril de 1593.

FONTES OU PRÓVAS:

A patente do gov. d. Francisco de Almeida está na Chancelaria de d. Filipe I, livro 23, a fôlha 138, verso.

Ainda estava em Lisboa em 12 de Fevereiro de 1592, como consta do alvará para o tesoureiro da Igreja do Reino-de-Angola, na data supra. (Chancelaria da Ordem-de-Cristo, livro 8 e folha 43, verso).

Não conheço documento algum que prove a data da sua chegada à Luanda.

O ano da sua saída é dado na p. 160, § 11, da *Synopsis*, já citada.

Que foi pouco antes de 22 de Abril de 1593, deduz-se do que está nas fontes das afirmações que, adiante, dou sobre d. Jerónimo de Almeida.

As datas—que constam nos diversos Catálogos dos Governadores de Angola e no manuscrito de Elias Alexandre da Silva Correia, existente na biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa,—não merecem lá grande crédito.

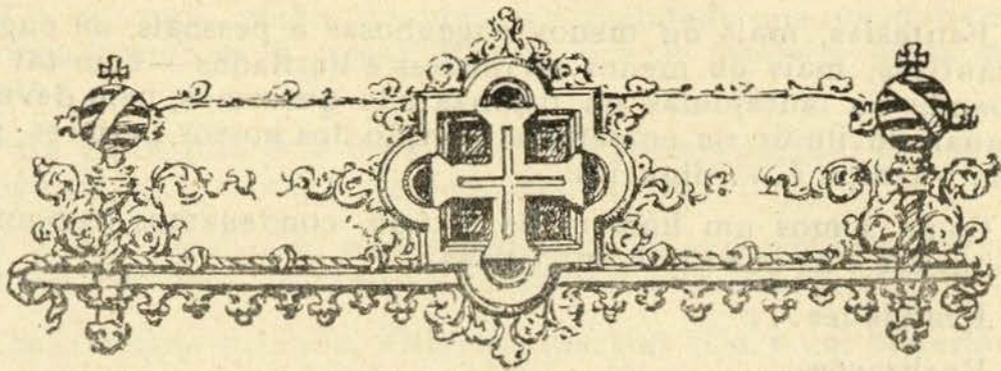
Nestes documentos frágeis se firmou Luciano Cordeiro, para escrever as notas que estão à p. 6 do fascículo II das *Memórias do Ultramar*.

Lisboa,

Janeiro de 1929

(Continua)

Jose Mathias Selgas



MONUMENTOS & ARQUIVOS

PROGRAMA-TESE

(Continuação da pág. 48)

9—Realidades & Realizações



E NOS FALTA AUTORIDADE PARA FALAR E ESCREVER como mestre, fale por nós quem a tem e em grau elevadíssimo.

«Há duas maneiras de escrever a *História*. Se o fim a atingir é especialmente educativo, se o que principalmente se pretende, é promover, pelo conhecimento e admiração dos grandes nomes e dos grandes factos, o incitamento da *Mocidade* para ganhar também renome e trabalhar no engrandecimento da *Pátria*,—a *História*, principalmente a *História-Nacional*, sem falsificar os factos nem deturpar a verdade, pode e deve mesmo dar todo o relêvo ao que é grande, generoso, altruísta abnegado, e passar de leve as pequenezas inerentes à fragilidade humana...

«A outra maneira de escrever *História*, ou melhor, de fazer crítica histórica, ou ainda a filosofia-da-história—essa não é para a *Juventude*, é para os homens já feitos, talvez mesmo só para os eruditos e para os dirigentes. Para êstes sim, para êstes é necessário dizer tudo, o bom e o mau, o refulgente e o insignificante, o heróico e o baixo. É necessário isto, não só para satisfazer a ânsia de conhecer a *Verdade* que nos atormenta a todos quantos vivemos na contemplação do passado, mas ainda para prevenir os *Dirigentes* dos erros cometidos pelos que, antes dêles, governaram.» (1)

Fantasia, mais ou menos engenhosas e pessoais, ou páginas românticas, mais ou menos eloquentes e buriladas — com tal contrabando ou lantejoulas ou fitinhas não queremos, nem devemos enganar ou iludir ou entreter a atenção dos nossos Leitores, para quem o tempo é... dinheiro.

Como somos um homem de estudo, condenamos as opiniões pessimistas e as que são bombásticas.

Realidades...

Realizações...

Trabalho, mas trabalho que seja inteligente e bem calculado...

10—Os sentimentos geradores e impulsores

Para não iludirmos o nosso próximo, em primeiro lugar devemos possuir ideas ilustradas e boas e viáveis, e não ideas errôneas e fixas e más...

... nem lunáticas, nem problemáticas.

... nem de burro, nem de sapo.

«A História é, sobretudo, uma lição moral: eis a conclusão que, a nosso ver, sai de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no fôro das ciências morais. A realidade é a melhor mestra dos costumes; a crítica — a melhor bússola da inteligência: por isso, a *História* exige observação directa das fontes primordiais, pintura verdadeira dos sentimentos, descrição fiel dos acontecimentos e, ao lado disto, a frieza impassível do crítico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo, o sistema dos sentimentos geradores e dos actos impulsores.» (2)

Pertence a Oliveira Martins este trecho.

Ainda que só de passagem, avisamos os novos, ou estudantes, de que Oliveira Martins, em alguns de seus livros, é um escritor pessimista a valer.

Não sejamos nós depreciadores e maldizentes das nossas coisas domésticas, nem assoalhadores dos nossos defeitos ou... erros.

Esse mau gosto de censura, e calúnia até,—fiquem-se com êle alguns estrangeiros que nos são injustos e ingratos, porque são invejosos de nossas glórias e virtudes...

... e também o nosso falecido polígrafo Teófilo Braga.

Nem tôlas as verdades se dizem, quando são inúteis:—é conveniente, embora sejam sabidas e conhecidas.

Como se costuma dizer: a roupa suja lava-se em casa...

Não há, pois, razões de qualquer qualidade que nos obriguem a sermos traidores à nossa Pátria, que é também nossa mãe sagrada.

Para conseguir êste desiderato não iremos mutilar as páginas da História nem deixar a *Verdade* incompleta.

A nossa *Diogo-Cão* não é uma revista *engraixadora*, como se diz cá em Portugal, ou *chaleira*, como se diz no Brasil.

Como fomos dizendo, Oliveira Martins não é um historiador severo e independente, que trabalhou sobre as *Fontes* puras, ou *Textos* insofismáveis, ou *Documentos* autênticos.

Com aquele seu estilo mágico e belo e encantador, apropriou e vulgarizou trabalhos alheios já impressos.

O mesmo está fazendo o sr. dr. Fortunato de Almeida, com melhor critério, aliás.

As ideas políticas e sociais de Oliveira Martins, por vezes, não deixam de possuir maldade venenosa: se não mortal, enganadora.

Não é, de certo, logar agora aqui para fazermos a autópsia completa do valor literário e mental do notável e maravilhoso escritor...

Bem sabemos até onde pode chegar a nossa fraca competência...

Nos nossos estudos, sempre o consultamos, não para o seguir com os olhos fechados, mas para notar os seus modos de ver especiais.

Podem escrever, lá o que quizerem, o sr. dr. Fidelino de Figueiredo, ilustradíssimo crítico literário, e o venerando sr. Conselheiro Luís de Magalhães; mas a verdade, com mais pêso, quem a tem, é o sr. dr. Edgar Prestage, que, por ser estrangeiro, no nosso caso presente não é apaixonado:

«Vejo aproximar-se o tempo em que não mais edificaremos sobre as informações dos historiadores contemporâneos, senão quando êstes tiverem conhecimentos de primeira mão, e muito menos confiaremos nos escritores secundários, — mas somente nas relações das testemunhas oculares e nos documentos originaes. Oliveira Martins confiava quási sempre nos cronistas, não constando que fôsse frequentador da Torre-do-Tômbio. Excepção feita do *Portugal Contemporâneo*, as suas obras pertencem mais à literatura que à história, sobretudo *Os Filhos de dom João I*. Seria bom que isto fôsse geralmente reconhecido...»

Os srs. drs. Ricardo Jorge e Alfredo Pimenta são da mesma autorizada opinião.

Já o dizia Basílio Teles: *Oliveira Martins*, quando pensava escrever história, apenas compunha novelas.

11—Material pouco conhecido

Planos de colonização com gente branca, regimentos de governadores e autoridades jurídicas ou judiciais e militares, a Casa-da-Mina, o Conselho-Ultramarino creado por el-rei d. João IV, as missões religiosas, a assistência física ou médica, leis e impóstos, devassas e sentenças de tribunais, elogios justos e iniustos, censúras justas e injustas, vaidades estúpidas e entupidas, erros técnicos, até nótas a lápis de secretários e ministros em officios e papéis de Angola,—de tudo isto, caros Leitores, possuímos escolhida e ordenada e riquíssima colecção, que aqui iremos publicando aos poucos.

«Não conhecermos a nossa própria História é de bárbaro; conhecê-la, porém, viciada, tecida de burlas e piedosas fraudes, é peor, porque, no primeiro caso, com não sabermos quem somos nem nos dizerem donde viemos, essa ignorância obstará a que perpetrarmos muitos desconsertos; ao passo que, se laborarmos no vício de uma falsa informação, daremos, muitas vezes, com a memória das fábulas, que nos tiverem ensinado, razão sobeja e justificada a que se riam de nós.» (3)

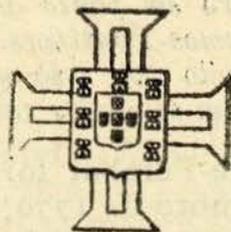
(Continua)

1)—Almirante Vicente Almeida de Eça—*Normas económicas na Colonização Portuguesa até 1808*, ps. 10 e 11.

2)—Oliveira Martins—*História de Portugal*, Lisboa, Parceria Pereira, XI edição, 1927, na Advertência do 1 tomo.

3)—José Caldas *História de um fogo-morto*, 1904—Tem uma Introdução preciosíssima, com erudita e farta applicação de muitos textos em grego e latim e francês.

HISTÓRIA ECLESIASTICA



Missões & Missionários

A Inquisição e os Jesuítas têm servido para explicar todas as desgraças nacionais! Nos anos de 1532 a 1534, de quando data o projecto de largar as praças africanas de Safim, Azamor, Alcácer-Ceguér e Arzila, ainda a Companhia-de-Jesus não existia—no mundo, nem a Inquisição—em Portugal.

Com a mesma lógica, se tem acusado, el-rei d. João III—por desistir de um império ao norte de África, e d. Sebastião—por ter sonhado um império ao norte de Africa, e de ambos se tem afirmado que procederam sob a influência da Companhia-de-Jesus!

Tôda a história de Portugal tem andado cheia de semelhantes abusões!

Dr. Fortunato de Almeida—no tómo II da História de Portugal, à página 341.



TEMOS AQUI, NA NOSSA MESA DE TRABALHO, OS três tomos da chamada *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal* por Alexandre Herculano, mas a esta obra, como é um desfôrço ou um libelo e foi escrita com intenção política, um escritor imparcial não pode nem deve prestar ou dar confiança absoluta.

Em verdade; Herculano, que teve à mão fácil, na Biblioteca da Ajúda, um imenso manancial de documentos, escolheu com malícia só aqueles que serviam ao seu propósito, como se nota a cada passo.

Para não perder tempo com discussões inúteis, basta-nos aqui transcrever o que o então padre José Alves Matoso diz no seu *Compêndio de História de Portugal*, 4.^a edição, 1910:—

—*Já para castigar as reincidências dos cristãos-novos no judaísmo, já para obstar à introdução do protestantismo em Portugal, d. João III*

pediu e obteve do pápa Paulo III, depois de muitas instâncias, o estabelecimento da Inquisição neste Reino. A bula da concessão tem a data de 23 de Maio de 1536.

Este tribunal foi dentro em pouco desviado do seu fim: rebelde por vezes aos conselhos dos Sumos-Pontífices, tornou-se uma arma política nas mãos dos reis, cometendo por isso muitas violências e crueldades. Entre as suas vítimas contam-se vários sacerdotes eminentes.—

O próprio Marquês-de-Pombal foi familiar do Santo-Officio e com outros, a 29 de Dezembro de 1770, fez a denunciação do velho e já dementado padre jesuíta Gabriel Malagrida.

Voltemos ao nosso logar...

Para avaliar dom João III como político colonial marcam estes dois factos:

I—a conténda das Ilhas de Maluco, decedida pelo tratado de Saragoça de 23 de Abril de 1529—com Carlos V.

II—a colonização do Brasil.

Gomes de Carvalho, no seu bem documentado livro—*Dom João III e os Franceses*—diz o seguinte:

—Para assegurar o monopólio comercial e a integridade dos domínios ultramarinos, d. João III empregou com igual perseverança a ferocidade e a dissimulação. Os monumentos coevos mostram a pertinácia com que manteve intacto o vasto património doado a Portugal pelos Descobridores.—

Em verdade, Alexandre Herculano foi injusto para com a memória de el-rei dom João III...

Dos beneméritos padres da Companhia-de-Jesus e das suas missões em Congo e em Angola também havemos de escrever.

(Continuação da pág. 52)

II—FUNCHAL

Ainda no reinado de d. Manuel I.

O bispado do Funchal, erecto pelo pápa Leão X, a pedido de el-rei d. Manuel I, pela bula *Pro excellenti praeeminentia* de 12 de Junho de 1514, abrangia tôdas as descobertas, desde o cabo

Bojador até a Índia, e extinguiu a vigararia de Tomár.—Bull. I, 100 e 101.—Font., 363.—Quad., X, 194.

* *

O breve do pápa Leão X—*Vidimus quæ super Henrici*—de 3 de Maio de 1518, para el-rei d. Manuel I, elevou ao episcopado, fazendo-o bispo de Útica *in partibus infidelium*, Henrique, filho de dom João rei de Congo. «Expõe que, apesar de serem muitas as dificuldades, anuíra ao que lhe tinha pedido em suas cartas àcerca da elevação de Henrique, filho de João, rei de Muenicongo na Etiópia, à dignidade de bispo, para a qual muito influíu o bem que dêle lhe dissera, e o muito que poderia servir o seu exemplo e doutrina na propagação da Fé. Por êste motivo ajunta o pontífice: bom e oportuno será dar-lhe por companheiros alguns varões peritos em teologia e direito canónico, que o ajudem e cujo tratamento correrá a expensas de el-rei d. Manuel ou do pai do dito Príncipe.—Quadro, X, á p. 248.—Bull., I, 120.—Font 83.

III—SAM-TOMÉ E CONGO

No reinado de dom João III

O bispado de Sam-Tomé foi creado por Clemente VII, pela cédula consistorial de 31 de Janeiro de 1533, mas, tendo falecido êste pontífice antes de se passar a respectiva bula, foi esta expedida por Paulo III—*Aequum reputamus*, em 3 de Novembro de 1534.

A bula recorda, primeiramente, a erecção do bispado de Funchal e extinção da vigararia de Tomár, única jurisdição que até aí havia na vasta extensão desde o cabo Bojador até à Índia, com prévio consentimento de dom Diogo Pinheiro, vigário de Tomár e bispo de Funchal.

Recorda, mais, a elevação dêste bispado de Funchal a metropolitano, feita por Clemente VII, pela morte de dom Diogo Pinheiro.

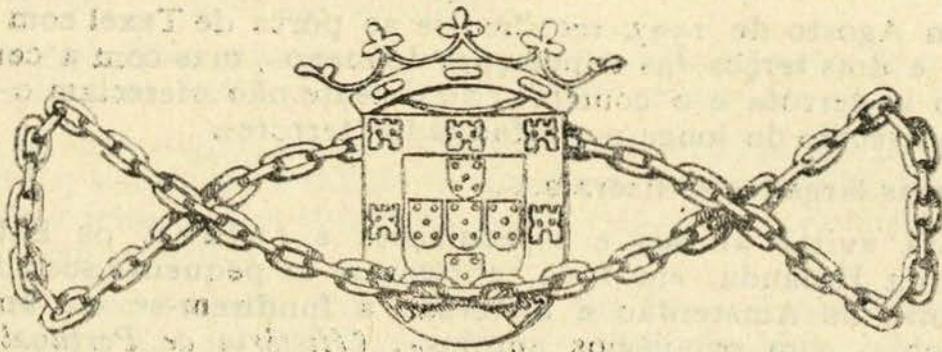
Finalmente, a bula dá cõta da criação do bispado de Sam-Tomé.

Compreendia as ilhas de Sam-Tomé, Príncipe, Fernando-Pó, Anco-Bom e Santa-Helena; e, na terra firme, o que vai do rio de Santo-André, junto ao cabo das Palmas, até ao cabo das Agulhas, compreendendo a Mina e Congo.

Paulo III confirmou inteiramente as letras apostólicas de Clemente VII, determinando que tivessem o seu efeito desde o dia 31 de Janeiro de 1533.

(—Bull., I, cédula à p. 140 e bula à p. 153.—Font., 368.—Quad., t. X, 379 e t. XI, 63.—Corpo Diplomático Português, t. III, 140 e 151.)

(Continua)



NO TEMPO DOS FILIPES...

Os Holandeses contra os Portugueses

INTRODUÇÃO

(Continuação da página 56)

TÍNHAMOS FICADO NO MEIO DA CITAÇÃO DO HISTORIADOR Rebelo da Silva.

Continuemos...

— «Os Holandeses tentaram, primeiro, pelas costas setentrionais da Europa e Asia, uma nova estrada marítima para a China e Malucas, mas a tentativa... falhou-lhes.

Um feliz acaso veio revelar-lhes o que os seus geógrafos debalde tinham procurado.

Certo negociante holandês—Cornélio Hautmann—que tinha navegado, muitas vezes, além mar em navios portuguezes, preso em Lisboa, e sentenciado à avultada multa judicial que lhe fôra imposta, estudara tôdas as circunstâncias da viagem e tôdas as particularidades do comércio portuguez na Índia.

Quando se julgou assaz informado, rompeu o sigilo, escrevendo aos armadores de Amsterdão e propondo instruí-los de tudo o que sabia, se quisessem pagar por êle a multa e soltá-lo.

Anuiram; voltou à pátria e... cumpriu a promessa.

Mereceram, desde logo, tanto conceito as suas declarações que a *Sociedade das Terras Longinquoas*, ou *Sociedade Van-Verne*, mandou-o em 1595 com 4 navios para explorar os povos, os climas e o tráfego mercantil das regiões do Oriente, aonde os Portugueses dominavam.

Hautmann partiu...

Em Agosto de 1597, recolheu-se ao pôrto de Texel com dois navios e dois terços das tripulações de menos, mas com a certeza de que a derróta e o comércio do Oriente não ofereciam o risco tam encarecido de longe por infundados terreres.

Novas largadas se fizeram...

Para evitar abusos e especulações e ruínas, os Estados Gerais da Holanda, em 1602, obrigaram as pequenas sociedades marítimas de Amsterdão e Roterdão a fundirem-se em uma só companhia, com privilégios amplos». (*História de Portugal* por Rebelo da Silva, tómo III, as páginas 139-141)

Um autor holandês narra estes factos da seguinte maneira:

—«No decurso de 7 anos (1595-1602), foram enviados para cima de 70 navios à Asia, os quais foram entabulando relações de comércio no arquipélago de Sunda, nas Malucas e em Ceilão.

Eram, porém, empreendimentos de armadores isolados ou de pequenas sociedades de negociantes, fazendo uns aos outros incessante concorrência e sem plano regular de política mercantil.

Para obviarem a inconveniente análogo, os Ingêleses tinham creado a Companhia das Índias Orientais.

Seguindo este exemplo, muito vantajoso nas circunstâncias da época, os Holandeses também, por conselho do pensionário Oldembarnveldt, instituíram em 1602 a sua Companhia das Índias Orientais». —

4.— As duas Companhias Holandesas.

Em 1602, os Holandeses formaram ou organizaram a chamada Companhia das Índias Orientais, que muito prosperou, porque fazia os seus lucros com o comércio legítimo e não com pirataria.

Por sua vez, os dois Felipes, I e II—de Portugal, ou II e III—de Espanha, publicaram, de 1591 a 1607, alguns alvarás e cartas, não só sobre o comércio marítimo em geral, como em especial sobre o comércio da India, proibindo-o aos estrangeiros.

Nalguns desses documentos, com muita razão aliás, os Holandeses eram chamados *Rebeldas* e nomes peores...

Não era, positivamente, com decretos e alvarás, assim bombásticos ou ridículos, que se podiam e deviam combater as audácias e atrevimentos dos Holandeses...

—O comércio era o móvel de muitas e sérias disputas; a ganância impelia gente cheia de ambição e, não raro, balda de escrúpulos, a chafar longe da pátria, implorando para isso a protecção de seus gover-

nos, ou, quando esta lhes faltava, empregando a força como o meio mais expedito para a decisão das contêndas.

Os Holandeses, apreciando com justeza e astúcia o valor do comércio nas regiões da Índia, persistiam em dirigir as suas frotas para ali.—

Ora, entre alguns membros da Companhia Holandesa das Índias Orientais, surgiu o escrúpulo de aceitarem os lucros obtidos sobre as prêsas feitas aos portugueses, e, por isso, as controvérsias eram sérias e embaraçosas.

Foi para desfazer tais remorsos que Hugo Grócio escreveu e publicou em Leyde, no ano de 1609, o capítulo *Mare Liberum* do seu livro *De jure praedae Commentarius*.

Em 1625, o religioso português dr. frei Serafim de Freitas, da Ordem de Nossa Senhora das Mercês e lente da universidade de Valladolid, respondeu a Grócio com o livro *De justo imperio lusitanorum asiatico*.

Depois, em 1636, appareceu o livro do inglês John Selden—*Mare clausum*.

Mas... como, rigorosamente, êste assúnto do monopólio e da liberdade do comércio marítimo não interessa ao nosso caso presente e o havemos de tratar noutra secção desta revista, vamos tam sómente referir-nos à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

—A Companhia das Índias Ocidentais foi creada por carta-patente de 5 de Janeiro de 1621 e começou a funcionar a 3 de Junho do mesmo ano.

Os estatutos, em 45 artigos, fixavam-lhe a duração em 30 anos a datar de 1624; estabeleciam o monopólio comercial com a América e com a Africa Ocidental, desde o cabo de Boa-Esperança até o trópico de Câncer; e regulavam as principais condições de funcionamento, as quais, no corrêr do tempo, tiveram naturalmente de ser modificadas.

Esta companhia era formada de 5 secções ou câmaras, regidas por 46 diferentes administradores... Cada secção tinha 6 directores e a administração geral competia a um conselho de 19 membros.

A séde da Companhia estava oficialmente na Haia, capital política da nação neerlandesa. O príncipe da Orânia era presidente honorário.

A administração central da Companhia tinha direito de nomear e pagar os empregados civis e de justiça e também os officiaes de marinha e de guerra em seu serviço, de fretar e aprestar navios, de alistar tropas de bordo e de terra, de examinar as embarcações que chegassem das terras de sua jurisdição e de vender o carregamento para embolçar cada câmara da quota que lhe tocasse.

Assim também tinha ela de conservar em bom estado as povoações, praças de guerra, fortalezas, pórtos, pontes e estradas, comprometendo-se igualmente a velar pela distribuição da justiça e a promover a catequese dos pagãos em seus domínios.

Enfim: incumbia-lhe a obrigação de prestar cõntas de 6 em 6 anos e de entregar aos Estados todo o activo e passivo, ao cabo de 30 anos.

Revestida de tam amplas atribuições e dispondo de tam avultados cabedais, a Companhia das Índias Ocidentais não se demorou em encetar operações consideráveis em um e outro lado do Atlântico. —

Quem aconselhou a criação da Companhia das Índias Ocidentais, foi Guilherme Ushik, que tinha estado na Espanha e, por isso, conhecia o valor do comércio da América.

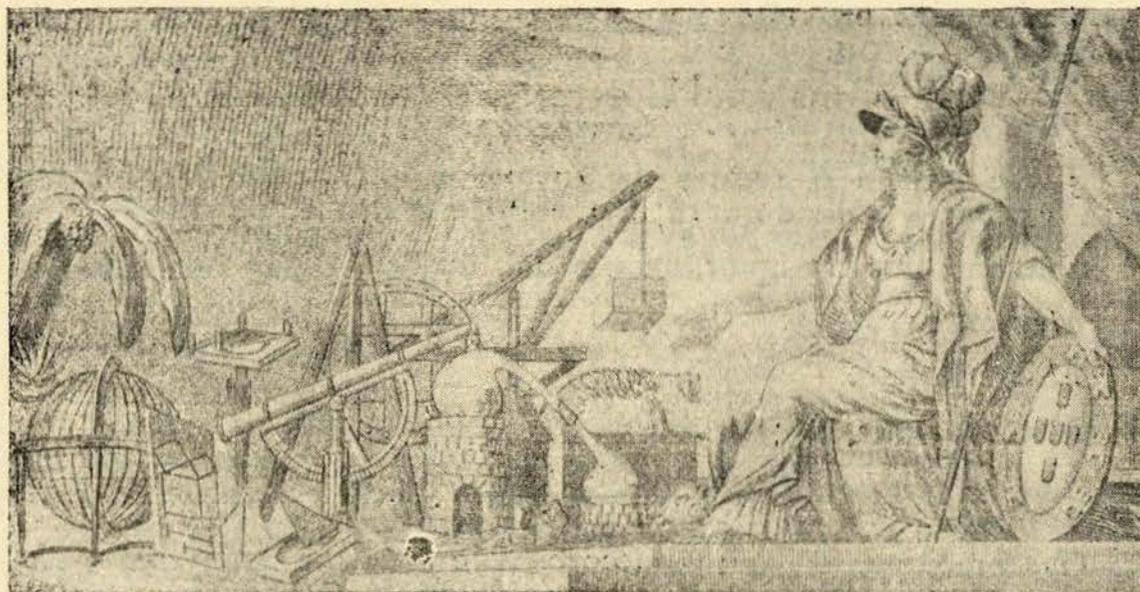
De propósito fizemos esta comprida transcrição, para que melhor os nossos Leitores possam compreender certos factos, que adeante temos de relatar.

Em grande parte, este mecanismo complicado da vida associativa da Companhia das Índias Ocidentais concorreu, mais tarde, para o seu desastre, porque os membros ou accionistas miravam só a lucros pessoais e não tinham ambição ou alargamento ou expansão política, com prejuízo certo para a própria nação...

... e com vantagem para a reconquista portugueza, não só do Brasil, como da nossa querida Argola.

Por sua vez, os Estados ficavam obrigados a fornecer os soldados necessários para a conquista e ocupação dos territórios de que a Companhia se apossava, e, no caso de hostilidades, a emprestar-lhe 16 navios de guerra; davam-lhe também um subsídio em dinheiro e participavam nos lucros.

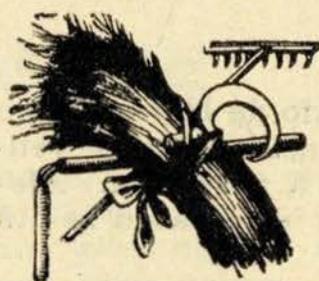
(Continua)



MISCELÂNEA

DE APONTAMENTOS VELHOS E ANTIGOS—IMPRESSÕES
COMENTARIOS, CRÍTICA—NÓTAS
À MARGEM & NOVIDADES

Para grandes males... grandes remédios



NAS NOSSAS SECÇÕES PUBLICAMOS VÁRIAS E variadas notícias, tôdas de positiva e palpitante realidade: história angolana, defesa militar, as glórias marítimas nacionais, a acção civilizadora e a política administrativa, a propaganda nacionalista das missões católicas...

Mas... se qualquer Leitor, paisano, não encontrar até aqui meia dúzia de linhas que de certo modo lhe possam interessar, agora na nossa *Miscelânea* há-de fatalmente achar alguma novidade-velha que o instrua.

Para não repetirmos erros e asneiras, seja qual fôr a nossa profissão, devemos conhecer e estudar a História da Colonização Portuguesa de Angola, nas suas diversas fases e épocas e actividades.

Para nossa hõnra...

Para nosso proveito...

Para nosso interêsse...

Para nosso futuro...

Já se passou o tempo da rotina e do... cabo-da-vassoura para ganhar a vida e garantir a velhice e educar os filhos.

Deixemo-nos da ignorância, e das ilusões, e das fantasias...

Mea culpa...

Mea culpa...

Mea maxima culpa...

Os remédios, e alguns dolorosos e caros e amargosos, são para curar as... feridas, as grandes doenças, as chágas...

Não reparem, pois, caros *Leitores*, nas *injecções-de-vida* que a nossa *Diogo-Cão* assim distribui por um preço ínfimo...

Que as nossas páginas sejam úteis, bem úteis, é o nosso desejo, é o nosso programa, é o nosso fim.

Padre RUELA

Vocábulos

(Continuação da página 28)

I— A'frica

...e o nome de África se afirma ser tomado de Hafeer, filho de Abraão, o qual trazendo grande exército nesta parte e vencendo os habitantes dela, aqúeles, que depois a possuiram. Afeiros foram chamados e agora Africanos, e por esta razão se cõe que tôda esta região *A'frica* é chamada.

(*Esmeraldo de situ orbis—de Duarte Pacheco Pereira, 1505*).

II— Angola

O nome próprio do Reino-de-Angola é *Dongo*, que foi um termo bem adequado, em razão da sua figura desproporcionadamente comprida. Porquanto, na língua bunda, esta palavra *dongo* nada mais significa do que uma casta de embarcação, a que

chamam canôa, que é tôla construída de um só pau e tem, ao mais, sete palmos de largo, e de comprido oitenta-e-nove; e, sendo mui semelhante à figura do Reino-de-Angola, lhe deram os antigos o nome *Dongo*, que parece bem apropriado. Reconquistada porção dêste reino por um soba, vassallo do rei de Congo chamado *Angola*, a erigiu em reino independente, dando-lhe o seu nome *Angola* ou seja *Dongo-Angola* que ficou conservando até o presente. (*Frei Bernardo Moria CANNECATTIM*—na «Coleção de observações gramaticais sôbre a língua bunda ou angolense», 1.^a edição.—*Ao Leitor*, p. X).

III—Luanda

...donde tambien se pescan ciertos caracoles que gastan en vez de moneda en el Reyno de Congo y en las tierras sus vezinas. En las azequias y poços desta *Isla* ay aguas que en la menguante y resacas del mar quedan con un sabor salado y, quando crece, estan dulcissimas y mui suaves. Tienen los Portugueses en esta *Isla* una colonia de su nacion que contrata en Congo y en Angola, de donde entre las demas riquezas sacan cada año cinco mil esclavos y la duana y almoxarifazgo dellos pertence por concierto antiguo a la Corona de Portugal.

(*Relaciones Universales del Mundo*—de Juan Bótero Benes, edição espanhola de 1603—A edição original, em italiano, é de 1599).

(*Continua*)

Óbito de Paulo Dias de Novais

9/Maio/1589

Nona die Maji, Mazanganí in Angolam, diem suum obiit Paulus Diasius Novasius rei Lusitanae apud eas gentes sumus Praefectus, de quo toties honorífica facta est mentio. Octavo ante obitum die, commendatis alteri negotiis publicis, seipsum ab omnium commercio secrevit, atque unice animae suae consuluit. Condito testamento, quod tradidit patri Baltasari Barrerae, sepulturam postulat in aede sacra Residentiae nostrae Mazanganensis. Denique, rebus omnibus prudentissime dispositis, ad meliora commigrat. Cadavere inter lamenta terrae mandato, pater Barreira e supremis ejusdem tabulis palam declarat Praefectum, dum Rex non provideret, Ludovicum Serranum velut dignissimum. Barreira se nomine cunctorum de Societate in Angola illum agnoscere legitimum Praefectum confitetur. Sequuntur duces et milites.

(Padre Franco—*Synopsis*, 1589, §§ 14 e 15).

Benguela-a-Velha

(Pôrto-Amboim)

(Continuação da página 29)

«... tanto que se foi dilatando a conquista de Angola pelo dito Paulo Dias de Novais e se situou a povoação de Luanda, vivendo os moradores da terra com mais segurança do gentio circunvizinho, que lhe estava muita parte sugeito,—começaram os *Portugueses* a mandar muitos patachos por esta costa do sul a commerciar, resgatando com êste gentio muitos mantimentos, vacas, legumes, escravos, marfim e quantidade de còbre em argolas e manilhas, e isto foi mais em tempo que trazia arrendado o contráto de Angola um João Nunes Correia; e pelo tempo adeante se foram fazendo grandes resgates, para segurança dos quais determinou o governador Paulo Dias de Novais de mandar um seu sobrinho (*António Lopes Peixoto*) com 70 homens a fazer uma fortaleza no môro de Benguela-a-Velha que está em dez graus, como o fez, mandando ordem e algumas cousas para que se fizesse a dita fortaleza, fazendo esta gente assento no dito sitio do môro ou oiteiro, se arroçoaram (*cercaram*) de pau-a-pique e começaram a resgatar, tratando também de fazer a fortaleza que traziam por ordem. Sucedeu que os 50 dêles um dia andando mariscando ao longo da praia, desviados da arrachada e sem armas, deram os pretos sôbre eles e a todos cortaram as cabeças, acometendo os que ficaram, que eram 20, os quais pelejaram valorosamente; mas, como eram poucos, não puderam sustentar o rigor da guerra até que muitos dêles morreram na p-léja e outros se entregaram, dos quais fugiram dois, que deram notícia dêste caso».

(*Memórias do Ultramar, fascículo III, p. 7.*)

N'Zeze ou Anzeze

— «... e nos acharam no penedo que agora se chama de Sam-Pedro (depois—Bruto e hoje—Bom-Jesus), junto do Quanza; e vendo o gov. Paulo Dias de Novais isto, entendeu devia ser alguma trama, que até então não havia sabido do successo referido, e entrou em conselho e se tomou a resolução de que nós retirássemos a Anzeze, dez ou doze léguas da povoação de Sam-Paulo de Luanda e três ou quatro do Quanza, e outras tantas do rio Bengo para ficarmos naquele meio.

Aí fizemos um forte de madeira, donde assentámos a artilharia que levávamos; e, ao cabo de 20 dias, soubemos da crueldade e traição que havia ousado o dito rei de N'Dongo (*Angola ou N'Gola*) com a qual nóva mandou Paulo Dias aprêgoar guerra contra êle.

(*Memórias do Ult.*—Fasc. I, p. 19).

Nota do p. R.—*A batalha ou combate de Anzele, em 1578, pode-se comparar ao encôntro de Ourique, entre Portugueses e Mouros, em 1139. Que o Campo-de-Ourique, onde se travou esta batalha, não pode ser situado no coração do Alentejo, todos os historiadores e investigadores de nossos dias concordam...*

Pode ser que fique no sítio chamado Chão-de-Ourique, no concelho de Carfaxo, a 15 quilómetros de Santarém: andam empenhados em o averiguar.

Cá em Angola, também há, como vêem, quem tenha interêsse em levantar em Anzele uma pirâmide, para comemorar ou recordar o encôntro de 1578, o primeiro acto guerreiro nos anais lusò-angolanos.

«Recordar factos espantosos é também estimular os sentimentos patrióticos, que gloriosamente immortalizam os homens nas suas obras ou acções».

As lútas liberais, em Luanda

(*Continuação da página 31*)

Diz Pinheiro Chagas que, «no fim do seu govêrno, teve Manuel Vieira Tóvar de Albuquerque grandes discórdias com o bispo dom frei João Damasceno da Silva Póvoas, discórdias que ainda duravam, quando, em 1821, lhe succedeu o gov. Joaquim Inácio de Lima».

Porque se deram estas graves desavenças entre o governador e o bispo?

Nos livros da Câmara Eclesiástica, a respeito, nada encontramos.

Talvez nos arquivos ou da antiga Secretaria-Geral ou do Cabido Diocesano ou da Câmara Municipal...

O enérgico bispo Póvoas era brasileiro e tem retráto a óleo na Galeria do Paço Episcopal.

Ralado de desgostos, mas firme no seu pôsto, faleceu de um atáque de febre a 21 de Fevereiro de 1826.

que em tais casos designa o que se deve fazer, e até querendo, a Não fomos capazes de achar o assênto de óbito do bispo Póvoas, mas no Livro 23 da Câmara Eclesiástica, à fl. 12, verso, consta que o Arcebispo e Vigário Capitular, a 18 de Abril de 1832, mandou registrar o presente papel do acto da entrega e depósito do cadáver do bispo falecido dom frei João Damasceno, o qual papel se deve conservar e guardar a bom recado no arquivo da Câmara Eclesiástica.

Ali está o sinal de que foi colado e arrancado.

No officio de 19 de Abril de 1826, dirigido a Joaquim José Monteiro Tôres, ministro da marinha e domínios ultramarinos, os 4 cônegos Marcelino José de Campos, Aniceto Rodrigues Alentejo, Leonardo José Vilela e José Manuel Gonçalves da Cunha queixam-se contra o gov. Nicolau de Abreu Castelo Branco, que era um absolutista façanhudo e, por isso, vingou-se cobardemente do bispo morto, como vamos aqui contar.

As nove horas do dia 24 de Fevereiro de 1826, o desembargador, ouvidor geral e corregedor do Reino — Faustino Ferreira de Noronha Oliveira e Saro começou a inventariar tôda a herança do bispo Póvoas, pois esta ordem lhe fôra dada por uma portaria do Governador, de 23.

Ao mesmo tempo, exigiu um *mapa circunstanciado de tôdas as despesas que se fizeram no entêrro do Bispo Póvoas*.

No referido officio de 19 de Abril, o Cabido queixa-se assim:

— «Quando pensávamos que depois de morto não seria jámais vítima dêsses baldões, que em vida sofreu, foi tanto pelo contrário que meia hora depois de ser o seu cadáver dado à sepultura no Hospício dos Religiosos Capuchinhos, foi tratada a sua Residência com a maior indecência e indignidade, vendo-se cercada de trôpa militar, a título de vigiar e guardar o seu espólio, para que se não desencaminhasse, movendo-se questão: se êste espólio pertencia à Imperial e Real Fazenda, apesar de se achar presente o Corpo Capitular, assim como outros Eclesiásticos e Seculares da amizade do Ex.^{mo} Bispo, na ocasião de sua morte, e ter o mesmo Corpo Capitular dado tôdas as providências de segurança e encarregado ao Cônego Procurador da Mitra para que tivesse a seu cuidado e resguardo tudo quanto pertencia ao mesmo Ex.^{mo} Bispo, afim de que nada se extraviasse; contudo nada disto foi bastante para deixar de se entremeter nesta administração o actual Governador e Capitão General dêste Reino, procurando atar as mãos ao Cabido com ameaças de responsabilidades relativamente às despesas do funeral, insinuando uma maneira de sepultar-se o cadáver do Ex.^{mo} Prelado tam económica que deixaríamos de observar o Ceremonial,

título de economia, proibir embalsamar-se o corpo, ao que nós não anuímos de maneira alguma, e nem anuíríamos no caso mesmo de que êle, Prelado, não deixasse com que se fizesse essa despesa. Chega a tal ponto o seu excesso que, depois de feito o funeral com a decência devida e proporcionada às circunstâncias do país, o mesmo Gov. e Cap. General proibiu pagarem-se as despesas, o que até agora não se tem feito: isto tem causado um clamor geral daqueles que trabalharam e venderam os seus géneros, privando-os até agora do que é seu.»

O desembargador Faustino procedeu ao Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao Bispo falecido: no próprio Palácio se fez a praça-publica !!!

Seculares compraram alvas, amitos, roquetes...

Sobre as vestes pontificais não houve quem lançasse.

A Representação dos Cónegos de Luanda cita a resolução de 17 de Abril de 1793, publicada pela provisão de 14 de Julho do mesmo ano, e confirmadas pela provisão de 25 de Janeiro de 1800, onde se declara que o espólio dos Bispos Regulares pertence — aos seus sucessores, e o dos Bispos Seculares — aos seus herdeiros.

O Procurador da Mitra, depositou o dinheiro do Bispo em casa do negociante abonado capitão José Severino de Sousa, em cujo cofre também foi recolhido o produto das arrematações dos bens vendidos em praça ou leilão, e que existia em poder do cónego magistral Leonardo José Vilela.

O referido cofre da Mitra tinha 3 chaves: uma — ficou nas mãos do capitão Severino, outra — nas mãos do Presidente do Cabido, e a terceira — com o Procurador da Mitra.

No dia 16 de Abril de 1826, em regosíjo do Tratado de aliança de 15 de Novembro de 1825 entre Portugal e Brasil, foi celebrada na Catedral de Luanda Missa Solene com Sacramento exposto, e a seguir *TE-DEUM*, a cujos actos assistiram o Gcv. Nicolau, o Senado da Câmara, Nobreza e Povo e todo o Clero do Bispado — secular e regular...

Em 1825, chegou-se a tentar em Benguela uma sublevação com o intuito que se proclamar a união de Angola ao Brasil, mas o Tratado de 15 de Novembro, no seu artigo III, obrigou o impe-

rador dom Pedro I a prometter «não aceitar proposições de quaisquer Colónias Portuguezas para se reunirem ao Império-do-Brasil».

(Continua)

Padre RUELA

Nóta do p. R.—Um individuo qualquer foi à Câmara Eclesiástica de Luanda pedir o Livro numero 17, e anda para aí dizendo que não encontrou a fôlha 3, o registo ou assênto do juramento que o Clero de Luanda prestou à Constituição Política da Monarquia Portuguesa—assunto por nós referido à página 32 desta revista.

Nós tomámos os nossos apontamentos há mais de 5 anos; e, de facto, os livros em parte, têm nova arrumação nos armários; mas, quem se guiar pelo catálogo antigo do sr. cônego Geri-cota, que ali está, facilmente encontra o livro ou os livros a que nos referimos.

O^o termo ou assênto não é o original, que foi escrito e assinado em fôlha avulsa, para ser entregue ao Governador, mas sim uma cópia escrita e assinada pelo cônego magistral e pró-secretário do bispo d. João Damasceno da Silva Póvoas—Leonardo José Vilela.

A acta não tem, como por equívoco escrevemos, linhas em branco! e foi assinada pelos seguintes padres:—Francisco Pereira de Castro, provisor, vigário-geral e pároco dos Remédios—Cônego Marcelino José de Campos. Cônego Aniceto Rodrigues Alentejo.—Cônego Julião Alvares da Silva.—Cônego e pároco da Sé Leonardo José Vilela.—Cônego Melchior José dos Reis—Frei Vicente de Sam-José, prior do convento do Carmo.—José do Patrocínio, presbítero.—António Ferreira de Almeida, p.—José Manuel Gonçalves, p.—Francisco de Sales Touvar, p.—Joaquim de Sant'Ana, p.—Cosme de Lemos, p.—Manuel Luís Rodrigues, p.—Joaquim José de Abreu, p.—Manuel Pinto dos Ramos, p.—Anónio Francisco do Nascimento, p.—Frei Francisco de Santa-Rita, como procurador do padre ministro do convento de Sam-José—frei Francisco Joaquim da Fonseca.—João Nepomuceno e Silva, diácono.—António Ferreira de Azevedo, d.—Domingos Pereira da Silva Sardinha, d.—Bernardo José Pinheiro, sub-diácono.—Dom Pedro de Salvador, sub-diácono.

Com a licença da Autoridade Eclesiástica

Visado pela Comissão de Censúra

COMPOSTO E IMPRESSO
na TIPOGRAFIA MINERVA
LUANDA

—Não se deve esquecer: que o objectivo a atingir com as incorporações dos Documentos e Livros nas bibliotecas e arquivos do Estado não se pode limitar a assegurar a sua conservação, pois tem, também, por fim valorizá-los, tornando-os accessíveis e úteis,—o que só se poderá conseguir, inventariando-os e catalogando-os, convenientemente.

Dr. António Ferrão — Os Arquivos e Bibliotecas em Portugal, 1920.

—É necessário que o papel no Brasil (ou Angola) seja fabricado do algodão, assim como na Índia, para se evitar a destruição, que fazem os insectos no papel fabricado na Europa, ou seja por causa da sua matéria, ou da cola, ou da encadernação dos livros; o que nos países da zona tórrida é de uma perda indizível, principalmente para os *Livros* das grandes livrarias, que não andam sempre entre as mãos, e para os papéis, que se conservam guardados nos cartórios e nos arquivos públicos: este objecto pede toda a atenção dos químicos para a extinção de um tal insecto, assim como também de outro, roedor das roupas e das madeiras, chamado *copim* no Brasil, na Índia — *formiga branca* (e em Angola — *salalé*).

O brasileiro dom José de Azevedo Coutinho, bispo de Elvas — Ensaio económico sobre o comércio de Portugal e suas Colónias, edição de 1816.

—Honrar os que foram grandes, é recebermos uma percenta de sua grandeza.

Eduardo de Noronha

Petipé . . . literário

- I)**—A revista ilustrada *Diogo Cão*, de vários e variados assuntos velhos e antigos angolanos, contém nas suas páginas *material* sôbre:

HISTÓRIA

GEOGRAFIA,

ARTE,

ETNOGRAFIA,

TRADIÇÃO,

LENDAS E

TOPONÍMIA INDÍGENA.

- II)**—Tôda a *colaboração*, tanto a literária como a artística, é solicitada ou pedida directamente por nós.
- III)**—Os artigos ou trabalhos assinados são da absoluta *responsabilidade* de seus *autores*.
- IV)**—Não são permitidas *polémicas* de carácter pessoal ou individual.
- V)**—A revista *Diogo Cão* publica-se em *séries* de 10 números, tendo cada um, pelo menos, 32 páginas.